

Agronegócio brasileiro: propostas e tendências

O agronegócio brasileiro tem sua importância econômico-social reconhecida e se transforma em face das tendências do consumo e da indústria de alimentos



Eugênio L. Stefanelo

O ambiente dos negócios, na atualidade, exige velocidade, agilidade e alto nível de serviços aos clientes. Nesse contexto imprevisível e turbulento, em que a demanda é variável e os custos financeiros e das matérias-primas são altos, as previsões mostram-se pouco confiáveis. Acabou o mito do produtor independente que produz qualquer mercadoria, sem saber para qual mercado. O novo produtor está inserido em cadeias de abastecimento e de negócios, que envolvem desde os fornecedores até os consumidores, passando pela produção, compra, gestão de materiais, marketing, vendas e distribuição física. Estes agentes são permeados por três fluxos: de informações, de insumos e mercadorias (real) e o financeiro (nominal).

O Potencial do agronegócio

O agronegócio é o maior negócio mundial e brasileiro. No mundo, representa a geração de U\$ 6,5 trilhões/ano e, no Brasil, em torno de R\$ 350 bilhões, ou 26% do PIB (29%, segundo a Confederação Nacional da Agricultura - CNA). A maior parte deste montante refere-se a negócios fora das porteiras, abrangendo o suprimento de insumos, o beneficiamento/processamento das matérias-primas e a distribuição dos produtos.

Dentro das porteiras, em 2002, segundo a CNA, o PIB das lavouras foi de R\$ 59 bilhões e o da pecuária de R\$ 45 bilhões, totalizando R\$ 99,4 bilhões. A participação da lavoura tem sido decrescente e a da pecuária crescente,

sinalizando, para daqui a poucos anos, uma inversão destes valores, com a pecuária passando a representar mais de 50% do valor da produção dentro das propriedades.

No Brasil, o setor primário participa com 7,6% do PIB, o secundário com 33,7% e o setor terciário com 58,7%. Em relação ao potencial do mercado interno, a população de 173 milhões de pessoas apresenta uma taxa de crescimento de 1,3% ao ano. A renda per capita de R\$ 6.870,00/ano, embora baixa e concentrada, está em leve expansão. Quanto ao mercado externo, o agronegócio participa com 30% a 41% das exportações e com 8% a 15% das importações brasileiras. Em 2001, as exportações foram de U\$ 23,86 bilhões e as importações de U\$ 4,85 bilhões, gerando um saldo positivo de U\$ 19,02 bilhões na balança comercial agropecuária. A pauta de exportações

é diversificada, abrangendo o café, complexo soja, carnes, fumo, suco de laranja, cacau, açúcar e álcool, frutas, flores, hortaliças, madeira, móveis e compensados, couros e peles, entre outros produtos.

Dentre os principais obstáculos à ampliação das exportações estão o protecionismo dos países desenvolvidos, o custo Brasil e as deficiências da política comercial brasileira, a falta de promoção e de marketing dos produtos brasileiros e a falta de tradição dos empresários.

A possibilidade de crescimento da produção de grãos, fibras, energia, carnes, frutas, hortaliças, tubérculos, flores e piscicultura é muito grande, tanto sob a forma de aumento de produtividade, quanto pela expansão das áreas cultivadas em mais 120 milhões de hectares. Atualmente, as lavouras ocupam 51 milhões de hectares, a pecuária 220 milhões e as florestas cultivadas abrangem 5 milhões de hectares. Em termos de piscicultura, o Brasil dispõe da maior reserva de água doce do mundo e de uma das maiores costas marítimas.

As dez bandeiras do agronegócio representam os desafios e as diretrizes de uma política agrícola para o setor

As dez bandeiras

O Fórum Nacional da Agricultura, criado em 1996, envolveu representantes da iniciativa privada, do executivo e do legislativo. Abrangeu 34 grupos temáticos, que analisaram tanto as cadeias produtivas quanto os instrumentos da política agrícola. Como resultado das discussões, elaborou-se um documento propondo as dez bandeiras do agronegócio, as quais, no seu conjunto, representam os desafios e as diretrizes de uma política agrícola para o setor. Os objetivos destas bandeiras são promover o aumento da competitividade externa e garantir a qualidade e o maior abastecimento interno de produtos agrícolas. Suas grandes frentes de trabalho são o incremento das exportações, a ampliação da geração de renda, a criação

de mais oportunidades de emprego e a diminuição dos conflitos entre os setores público e privado no campo.

As dez bandeiras são as seguintes:

1. financiamento do agronegócio;
2. modernização da comercialização externa e interna;
3. desoneração e simplificação tributária;
4. redução do Custo Brasil;
5. desenvolvimento tecnológico;
6. modernização da defesa agropecuária;
7. sustentabilidade da agropecuária;
8. agricultura familiar;
9. política fundiária;
10. coordenação institucional do agronegócio.

O **financiamento do agronegócio** abrange as políticas de crédito rural; o apoio à mecanização, correção, conservação e uso de solo e da água; o seguro rural; e o desenvolvimento dos bancos cooperativos e das cooperativas de crédito.

A **modernização da comercialização externa e interna** envolve a promoção externa dos produtos brasileiros; o desenvolvimento das bolsas de futuro; a negociação da redução das barreiras impostas aos produtos brasileiros; o aperfeiçoamento da intervenção governamental na comercialização; a fiscalização das importações e a investigação de *dumping* e subsídios na origem; o aperfeiçoamento das informações de mercado; o desenvolvimento dos juízos arbitrais; a formação de *traders* e a implantação dos adidos comerciais nas embaixadas brasileiras.

A **desoneração e simplificação tributária** envolve a redução do ICMS sobre os produtos da cesta básica, bem como sua cobrança no destino; a isenção do ICMS sobre máquinas e insumos; a eliminação dos impostos em cascata na comercialização externa e interna; a redução do IOF nas operações em bolsa; a eliminação do ITR sobre as áreas de preservação ambiental, entre outros itens.

A **redução do custo Brasil** abrange o desenvolvimento de sistemas intermodais de transporte; a implementação da lei de modernização dos portos, bem como sua privatização; o aperfeiçoamento da legislação trabalhista rural; a modernização da legislação de classificação dos produtos

agropecuários; a implementação do programa de agrometeorologia; e a modernização da legislação de armazenagem (já efetuada).

O **desenvolvimento tecnológico** compreende o apoio à pesquisa pública; o desenvolvimento de instrumento legal na linha dos Institutos de Pesquisa e o fomento à parceria entre os setores público e privado; a criação da subcomissão do agronegócio junto ao Conselho Científico e Tecnológico; a regulamentação e implementação de legislação que permita a aplicação de capital de risco no financiamento da pesquisa; o envolvimento das Universidades na pesquisa; a capacitação dos produtores; e a reestruturação dos serviços de assistência técnica e extensão rural.

A **modernização da defesa agropecuária** diz respeito à reestruturação da política de defesa que leve em conta os compromissos junto à Organização Mundial do Comércio (OMC); à reorientação institucional da Secretaria de Defesa Agropecuária e das Secretarias Estaduais e Municipais da Agricultura, nos moldes do que já vem sendo efetuado; à implantação dos programas de qualidade e sanidade, centrados nas cadeias produtivas; à revisão do sistema de registro e das normas de uso dos agrotóxicos; ao estabelecimento de programas de controle e monitoramento de resíduos de biosíntese nos alimentos e do adequado uso dos agrotóxicos; à identificação de pragas e doenças exóticas e ao aperfeiçoamento dos mecanismos de fiscalização; ao incentivo ao manejo integrado de pragas e doenças; à revisão do sistema de inspeção sanitária, bem como à eliminação dos abates clandestinos; ao desenvolvimento de normas e padrões para todos os produtos; à revisão e simplificação do receituário agrônomo e à definição clara das responsabilidades quanto ao destino das embalagens de agrotóxicos.

A **sustentabilidade da agropecuária** envolve o manejo sustentado dos recursos naturais; a preservação da biodiversidade e a ampliação da base genética das principais culturas e microorganismos; o incentivo aos sistemas alternativos de produção e das tecnologias preservacionistas; a criação de mecanismos que possibilitem a utilização de condomínios e de áreas comuns; o estímulo ao uso do lixo urbano tratado e do lodo de esgoto na agricultura.

Em relação à **agricultura familiar**, as propostas envolvem o aperfeiçoamento do Programa Nacional da

Agricultura Familiar (Pronaf); a criação de infra-estrutura socioeconômica de apoio; o desenvolvimento de agroindústrias integradas e de projetos de beneficiamento e transformação da produção dos pequenos produtores; o desenvolvimento de programas de reconversão produtiva; a profissionalização dos pequenos produtores e a formação de jovens agricultores; e o fomento ao desenvolvimento de cooperativas e de associações de produtores.

No que tange à **política fundiária**, devem tornar-se mais eficientes e eficazes os programas de reforma agrária; a garantia do direito à propriedade privada; a ampliação do crédito fundiário; a discriminação e regularização das terras ocupadas por posse privada; o fortalecimento e ampliação do banco da terra; e o incentivo aos projetos privados de assentamento.

Relativamente à **coordenação institucional do agronegócio**, busca-se a revitalização do Conselho Nacional de Política Agrícola; a revisão da legislação sobre o associativismo e o cooperativismo; o desenvolvimento do marketing agrícola e da imagem do agronegócio; e o fomento à organização das cadeias produtiva, do associativismo e do cooperativismo.

Tendências

O agronegócio brasileiro entra numa fase de maturidade econômica, passa a ter sua importância econômico-social reconhecida e restaura em seus agentes o orgulho de pertencerem à atividade

O agronegócio brasileiro entra numa fase de maturidade econômica, passa a ter sua importância econômico-social reconhecida e restaura em seus agentes o orgulho de pertencerem à atividade, embora persistam as classes dos excluídos e daqueles em processo de exclusão.

Consolida-se a visão do desenvolvimento sustentável da produção de alimentos, fibras, energia e de produtos

da flora e fauna, e da multifuncionalidade do setor primário, mediante a agregação das atividades de lazer, turismo rural e preservação ambiental. Ocorrem a diversificação e especialização dos produtores e a organização e reestruturação das cadeias produtivas, gerando produtos para o abastecimento interno e para a exportação como mercados complementares. Busca-se a agregação de valor aos produtos e sua diferenciação, verificando-se, em contrapartida, a redução do ciclo de vida desses produtos. Observa-se a redução da presença do governo nas políticas tradicionais de crédito, preços mínimos e seguro agrícola e a maior integração e dependência dos produtores em relação ao mercado.

As principais tendências, em nível geral, desagregando-se por setores são:

- aumento da concentração e da escala das propriedades e das empresas agroindustriais;
- aumento da competitividade tecnológica nos processos, na produção e na gestão;
- maior integração em cadeias produtivas;
- profissionalização;
- maior acesso às informações;
- menor participação do governo nas políticas do setor;
- aumento do associativismo;

Quanto ao consumo de alimentos, observam-se:

- encarecimento das refeições;
- diferenciação entre refeições do cotidiano e especiais;
- aumento da alimentação fora do domicílio;
- maior praticidade na preparação dos alimentos (congelados, pré-preparados);
- aumento dos canais de distribuição do tipo *food service*;
- crescimento do número de consumidores;
- aumento do grau de exigência dos consumidores;
- diminuição da parcela do orçamento disponível para os alimentos;
- desenvolvimento de comidas étnicas;
- aumento da exigência de segurança na compra, por parte do consumidor, em termos de informações e embalagens;
- crescimento do número de refeições mais desestruturadas.

Em relação à indústria de alimentos, têm-se as seguintes tendências:

- aumento no ritmo de lançamento de novos produtos;
- lançamento de produtos adaptados às novas tendências de consumo;
- lançamento de produtos diferenciados para o *food service*;
- presença de produtos vendidos sob a marca do distribuidor;
- aumento da concorrência com os produtos importados;
- aumento das fusões, aquisições e *joint ventures*, por empresas integradas verticalmente e mais ágeis.

Em termos de distribuição, verifica-se:

- aumento da concentração (fusões, aquisições);
- aumento do grau de automação;
- crescimento da área de hortifrutigranjeiros;
- crescimento das marcas próprias.

E quanto aos produtos, constatam-se:

- aumento do valor adicionado, via agregação de serviços;
- aumento da diferenciação;
- desenvolvimento de produtos saudáveis e mais ricos nutricionalmente;
- menor presença de gorduras e açúcar, desencadeadores de colesterol;
- maior presença de atributos como segurança e qualidade (produtos saudáveis, frescos, higiênicos e sem agrotóxicos); variedade de escolha; conveniência (rapidez no preparo) e sabor.

As tendências da indústria de alimentos e do padrão de consumo orientam os caminhos do agronegócio, que luta para se adequar a esse novo ambiente, ao mesmo tempo em que faz frente aos problemas que reduzem sua competitividade. ■

Eugênio L. Stefanelo é mestre em Economia Rural pela UFRGS, doutorando em Engenharia de Produção pela UFSC e professor da FAE Business School.

E-mail: drstefanelo@uol.com.br